

## Centro de Memória – Unicamp (CMU)

### Um percurso intelectual

Centro de Memória – Unicamp (CMU): an intellectual journey / Centro de Memória – Unicamp (CMU): una trayectoria intelectual

#### RESUMO

O artigo percorre os processos de formação e consolidação do Centro de Memória – Unicamp, instituição criada em 1985 com o objetivo de promover a preservação da memória documental da cidade de Campinas, São Paulo. Anseia-se entender os percursos intelectuais de constituição do acervo e os processos de arranjo institucional dentro dos debates de salvaguarda da história local e regional.

*Palavras-chave:* centros de documentação; formação de acervo; Campinas (SP); história regional.

#### ABSTRACT

The article follows the formation and consolidation processes of the Centro de Memória – Unicamp, an institution created in 1985 with the main objective of promoting the preservation of documentary memory in the city of Campinas, São Paulo. The purpose is to understand the intellectual path of constitution of the collection and the institutional arrangement processes within the debates to safeguard local and regional history.

*Keywords:* documentation centers; collection formation; Campinas (SP); regional history.

#### RESUMEN

El artículo analiza los procesos de formación y consolidación de la institución Centro de Memória – Unicamp, creada en 1985 con el objetivo de promover la preservación de la memoria documental en la ciudad de Campinas, São Paulo. El objetivo es comprender los caminos intelectuales de constitución de la colección y los procesos de arreglo institucional dentro de los debates para salvaguardar la historia local y regional.

*Palabras clave:* centros de documentación; formación de colección; Campinas (SP); historia regional.

#### João Paulo Berto

Doutor em História da Arte pela Universidade de Campinas (Unicamp). Professor do curso de Arquitetura e Urbanismo das Faculdades Integradas Einstein de Limeira (SP) e arquivista no Centro de Memória – Unicamp, Brasil.  
jpberto@unicamp.br

## O CMU e seu projeto intelectual

O artigo pretende percorrer histórica e metodologicamente a formação do Centro de Memória – Unicamp (CMU), buscando entender os diferentes caminhos trilhados pela entidade ao longo de seus 35 anos (1985-2020) na salvaguarda de fontes documentais relativas à história da cidade paulista de Campinas e sua região. Do ponto de vista administrativo, o CMU é um dos 21 centros e núcleos sob a tutela da Coordenadoria de Centros e Núcleos Interdisciplinares de Pesquisa (Cocen), a qual, por sua vez, responde à Coordenação Geral da Universidade Estadual de Campinas (CGU). Voltado a ações de pesquisa e difusão, tem como objetivos captar, organizar, preservar, disponibilizar e divulgar acervos documentais relacionados a Campinas e às cidades compreendidas no antigo Oeste Paulista.<sup>1</sup>

Sua fundação, contudo, deve ser entendida em um amplo contexto de preservação de memória que se estruturou internacional e nacionalmente na segunda metade do século XX, em especial a partir dos anos 1970. Em um cenário de pós-modernidade e de perdas de referenciais culturais das comunidades, tornou-se iminente a necessidade do lembrar, do recordar, para o quê a reunião de fontes se configurou como um imperativo. Nessa conjuntura, a própria definição e abrangência da noção de documento foi esgarçada, contribuindo para isso os movimentos da virada linguística e os novos caminhos da escrita da narrativa histórica – dos quais se destacam o da história “vista de baixo” (tendo como expoentes E. P. Thompson, Christopher Hill e Natalie Zemon Davis) ou mesmo da micro-história italiana (com Edoardo Grendi, Carlo Poni, Giovanni Levi e Carlo Ginzburg). Como apontou o medievalista francês Jacques Le Goff (1924-2014), em texto paradigmático publicado inicialmente na década de 1970 na *Enciclopédia Einaudi* e, depois, reunido a outros na obra *História e memória* (publicada em 1988), foi importante nesse processo a compreensão de que o documento é, antes de tudo, um produto que não é neutro,

---

<sup>1</sup> Por Oeste Paulista entende-se a região que se desenvolveu administrativa e economicamente com a expansão cafeeira na segunda metade do século XIX, tendo como eixo central a cidade de Campinas, São Paulo. Outro fator que impulsionou economicamente essa região foi o incremento das linhas férreas, em especial com a implantação da Companhia Paulista de Estradas de Ferro e da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro. Vale destacar a importância de Campinas nesse cenário, uma vez que nela estava um dos mais importantes entroncamentos férreos do Brasil, congregando, além das referidas companhias, trilhos da Estrada de Ferro Sorocabana, do Ramal Férreo Campineiro e da Estrada de Ferro Funilense.

é antes de mais nada o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio. [...] O documento é monumento. Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias. No limite, não existe um documento-verdade. Todo documento é mentira. Cabe ao historiador não fazer o papel de ingênuo. (Le Goff, 2003, p. 537-538)

Tal processo, alicerçado por mecanismos emprestados de outras ciências humanas, permitiu a inclusão à análise histórica de documentos de variados gêneros, espaço que antes era ocupado com grande destaque apenas por obras escritas. Uniam-se agora, horizontalmente, fotografias, mapas e plantas, objetos, narrativas orais e audiovisuais e um incontável número de tipologias entendidas como não oficiais, como os itens de caráter pessoal: diários, anotações, entre outros.

Nesse cenário foram criados muitos espaços para a salvaguarda de acervos, sejam arquivos, museus, bibliotecas ou centros de documentação. Vistos como “templos da memória” (Cook, 1998), “lugares de memória” (Nora, 1993), “instituições-memória” (Le Goff, 2003), “instituições de memória cultural” (Namer, 1987), tais organismos tiveram um papel estratégico na preservação de documentos representativos de realidades diversas, em nível local, regional ou nacional. Associados também aos discursos provenientes do campo do patrimônio cultural – cuja reviravolta nos anos 1980 permitiu novas abordagens, entre elas as de bem cultural, memória e identidades –, muitos espaços nasceram repentinamente impulsionados por condições de perdas e lógicas destrutivas. Como apontou Gonçalves sobre esse cenário,

um historiador no ano 2115 provavelmente vai se perguntar por que as pessoas, na virada do século XX para o XXI, se mostravam tão sensibilizadas pelas palavras “patrimônio” e “memória” e tão obcecadas pelas ações de proteção e preservação de seus “bens culturais”. Que ameaça assombrava seus corações e mentes? (Gonçalves, 2015, p. 212)

Esse processo, deve-se destacar, levou a uma verdadeira inflação da memória, em que tudo era resgatado e patrimonializado. Contudo, nessa mesma década de 1980, quando o olhar sobre o que deveria ser preservado como parte das identidades locais começou a recair também para as mãos das comunidades detentoras, outro problema se instaurou: se o ato

da preservação (entendendo-se aqui categorias como as de patrimonialização ou musealização) implicava um reconhecimento público de valor, a quem caberia, de fato, afirmar o que deveria ou não ser salvaguardado? Assim, nesse embate onde transparecem jogos de poder, “os patrimônios são menos expressões de identidades do que meios de produção de determinadas formas de autoconsciência individual e coletiva” (Gonçalves, 2015, p. 213). Tal assertiva coloca-se como extremamente válida para se pensar o surgimento das instituições de memória, uma vez que estas nasceram como espaços estratégicos de autorreconhecimento ou chancela (sejam locais, regionais ou nacionais) de determinado tema para um grupo ou indivíduo. Foi justamente nessa conjuntura que o CMU foi criado.

Apesar do ato de fundação do centro datar de 1º de julho de 1985, por meio de portaria do então reitor da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), o professor doutor José Aristodemo Pinotti, os debates são muito anteriores e remontam à década de 1970, destacando-se a atuação do professor doutor José Roberto do Amaral Lapa (1929-2000). Com vasta trajetória acadêmica e em pesquisa,<sup>2</sup> Lapa foi um dos responsáveis pela formação do Departamento de História da Unicamp e também de seu programa de pós-graduação. Campineiro, tinha grande predileção por temas voltados à história local e regional,<sup>3</sup> linha que manteve por longos

---

2 José Roberto do Amaral Lapa formou-se professor normalista pelo então Instituto de Educação Carlos Gomes, de Campinas, e técnico em contabilidade pela Escola Técnica de Comércio Campineira, ambos em 1948; em história e geografia, em 1952, e em ciências jurídicas e sociais, em 1959, ambos pela Faculdade de Direito da Universidade Católica de Campinas. Nos anos 1960, foi um dos responsáveis pela organização do curso de história da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília (atualmente pertencente à Universidade Estadual Paulista), onde se doutorou em 1966 com a tese *A Bahia e a carreira da Índia*, publicada em 1968. Na linha de história do Brasil, debruçou-se sobre o período colonial, o que lhe rendeu diversos projetos que se desdobraram em livros, dos quais destacam-se: *Economia colonial*, em 1973; *Livro da visitação do Santo Ofício da Inquisição ao estado do Grão-Pará (1763-1769)*, em 1978, e *Antigo sistema colonial*, de 1982. Paralelamente, dedicou-se ao estudo da sociedade e historiografia brasileiras, tendo publicado *Historiografia brasileira contemporânea: a história em questão*, em 1976.

3 Segundo o próprio Lapa, os estudos sobre Campinas comporiam uma terceira fase de seus interesses de pesquisa, iniciados pela história econômica do período colonial e, em seguida pela historiografia brasileira. Dessa fase campineira, destacam-se obras como *A cidade: os cantos e os antros – Campinas (1850-1900)*, de 1996, e *Os excluídos: contribuição à história da pobreza no Brasil (1850-1950)*, de 2008. Em entrevista, apontou que esse interesse se deu, pois, “desde criança, eu nasci em Campinas, e desde criança a cidade como tal me atraía muito! [...] Hoje, eu me sinto engolfado pela história de Campinas, acho que, de uma maneira quase sentimental, eu diria que me foi dada, a essa altura da vida, uma oportunidade de eu... de alguma maneira, retribuir a Campinas o que eu devo a ela, ao nível de formação, de carreira, de obras intelectuais... Então, é algo mais que o simples interesse de historiador, um simples interesse ligado a uma carreira universitária, um simples interesse de utilizar tudo aquilo que a Unicamp pode oferecer nesse sentido para fazer um trabalho, quer dizer, é algo mais que tudo isso, é uma empatia também” (Simson, 2000, p. 17-18).

anos e que o levou à produção de dezenas de trabalhos, multiplicados por sua atividade de orientador de diversos alunos, de iniciação científica ao doutorado.

Ainda durante sua docência em Marília, junto ao curso de história da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras que ajudou a fundar, Lapa publicou possivelmente sua primeira obra voltada ao estudo de sua cidade natal. *Primeiras notas para uma bibliografia da história de Campinas* foi publicada em 1966, como uma separata da então revista *Estudos Históricos* da faculdade (existente entre 1963 e 1977) e escrita com o intento de apresentar uma seleção de fontes primárias e referências bibliográficas sobre a cidade, levantadas em arquivos e bibliotecas de instituições públicas e privadas de Campinas, São Paulo, Marília e Lisboa. Ademais, em “certos casos, biografias de campineiros ilustres e de personalidades ligadas a Campinas, cujos textos têm de qualquer maneira interesse para a história da cidade” (Lapa, 1966, p. 281-282), com a exceção de títulos de ficção. Informa na obra que um novo e atualizado levantamento estava em elaboração, empreita que o autor passou reunindo e organizando ao longo da vida, mas que não viu publicada.<sup>4</sup>

Verifica-se, assim, que mesmo inserido nas pesquisas sobre o mundo colonial, Amaral Lapa dedicava-se também a estudos e levantamentos de fontes sobre Campinas. Essa visão pode ser ampliada ao se analisar um artigo publicado na *Revista de História*, em 1976, o qual dá o tom a sua fase de trabalho, já de volta a Campinas. Intitulado “História de Campinas: a tarefa para os próximos dez anos”, apresenta um balanço historiográfico de pesquisas de cunho científico sobre a cidade, segundo o autor existentes deste 1941, com a fundação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras local (depois vinculada à Pontifícia Universidade Católica de Campinas), destacando a necessidade de “uma possível revisão do esquema convencional da história local” (Lapa, 1976 p. 222). Nesse processo, apresentou suas futuras contribuições, as quais se atrelariam a um projeto de estudos sistemáticos da região conhecida como “Velho Oeste de São Paulo”, do qual Campinas seria um primeiro objeto (Lapa, 1976, p. 221). Finaliza o texto apontando que

o que na verdade se pretendeu é uma motivação para que se articulem e se racionalizem os diferentes trabalhos que vêm sendo desenvolvidos, tendo por

---

4 Os originais da bibliografia da história de Campinas encontram-se no conjunto documental José Roberto do Amaral Lapa, no Centro de Memória – Unicamp.

base a história de Campinas. Acreditamos que será sempre incompleto o conhecimento histórico de uma nação na medida em que ela não estude em profundidade o microcosmo de suas localidades. (Lapa, 1976, p. 240)

Um ponto interessante é que Lapa dedicou seu texto a uma figura importante no contexto local, o bibliófilo João Falchi Trinca, nome que se configurará como de grande relevância para a formação inicial do acervo do CMU.

Em linhas gerais, o historiador tinha em mente um projeto de construção histórica já bem articulado, alicerçado na pesquisa documental e na produção do conhecimento científico. Constituir um local especializado de preservação e pesquisa esteve sempre entre as propostas do docente, desde sua entrada na Unicamp em 1972, em um primeiro momento para lecionar história para a graduação em ciências sociais – o curso de história foi criado apenas em 1976, sendo Lapa seu primeiro chefe de departamento. Prova disso é seu projeto do Centro de Documentação História (CDH), o qual serviria para atender as demandas e o caráter multidisciplinar dos cursos de mestrado e dos alunos de graduação do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH). Este teria como recorte inicial os períodos dos séculos XIX e XX, “dada a relativa falta de aprofundamentos no Brasil de trabalhos sobre os períodos mais recentes”, sendo, nesse sentido, destacada a sua instalação em Campinas, região “com a qual a história do movimento republicano e a própria República de uma certa maneira se confundem”.<sup>5</sup> Assim, além de amparar as pesquisas internas e atrair outros pesquisadores brasileiros e estrangeiros, Lapa conclamava a Unicamp para entender o centro como parte dos esforços em prol da preservação da documentação brasileira, entendida tanto em torno de sua destruição quanto da latente evasão do território nacional.

Apesar de não ter se concretizado, é nesse cenário que se deve inserir, portanto, o plano intelectual que levou à consolidação e à fundação do CMU, o qual se converteria em um primeiro momento, na visão de Amaral Lapa, em um núcleo especializado em estudos da história regional – área de pesquisa que ele já havia consolidado no Departamento de História, apesar da posição contrária de alguns docentes com relação à

---

<sup>5</sup> Centro de Memória – Unicamp. Conjunto José Roberto do Amaral Lapa. LAPA, José Roberto do Amaral. Projeto – Centro de Documentação Histórica. 1975. Mimeo. (sem notação).

pertinência da mesma.<sup>6</sup> Desta forma, mais que um mero processo de defesa e preservação de patrimônio, torna-se imprescindível problematizar a formação do CMU, entendendo como ele emergiu na história da modernidade e quais perfis semânticos veio assumir (Gonçalves, 2015, p. 214). Defende-se, portanto, que o centro é parte do projeto pessoal de Lapa de configurar um espaço de guarda de documentação que subsidiasse a linha que havia estruturado academicamente sobre Campinas e o Oeste Paulista, garantindo uma dada noção de autenticidade às pesquisas.

Por outro lado, deve-se destacar que já havia na Unicamp um interesse pela criação de um centro de memória, para o quê o fundador da universidade e então reitor, professor doutor Zeferino Vaz, contratou o historiador carioca professor doutor José Honório Rodrigues (1913-1987) em 1972, em ação que não teve desdobramentos e se findou com sua saída da universidade, em 1978. Contudo, acredita-se que, por mais que houvesse uma tentativa de reforçar os laços com a cidade, esse projeto estaria fortemente vinculado à constituição de um espaço de guarda da memória institucional da própria universidade, tarefa que recaiu sobre o Arquivo Central, implantado tempos depois, entre 1987 e 1988.

Com relação ao intento principal de Lapa, este somente logrou êxito em sua empreitada quando, em março de 1978, tomou conhecimento de que o Fórum de Campinas (Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, comarca de Campinas) estava na iminência de descartar seus arquivos cartoriais devido ao grande volume e à falta de espaço de armazenamento. Apesar das tratativas com o então diretor do fórum, Roberto Teles Sampaio, para que os cerca de cinquenta mil itens – entre testamentos, inventários, ações cíveis e outros tipos de processos, datados entre 1793 e 1940 – fossem transferidos para a Unicamp, o ato não se efetivou, justamente pela falta de um local apto para esse fim. Lapa, por sua vez, continuou os esforços junto à administração central da universidade para que houvesse uma resolução para a questão, mostrando a importância da documentação, em especial para o recente curso de história, cuja ênfase na pesquisa era evidenciada.

---

6 Na época, o interesse pela história local e regional ainda era exíguo no conjunto das universidades brasileiras, destacando-se os trabalhos empreendidos nas federais de Pernambuco, Bahia, Paraná e Paraíba. Na Unicamp havia certa resistência, processo que vinha sendo revisito desde 1984, com a criação de uma série de reuniões mensais, chamadas “seminários de pesquisas”, onde docentes e alunos de diferentes áreas do conhecimento apresentavam seus estudos sobre Campinas. Esse processo ajudou a descortinar um novo olhar para a história local e a cidade passou a ser vista como “um grande laboratório, um vasto e atraente objeto de estudo, um polo que merecia atenção por sua capacidade de transformação social, econômica, urbana, cultural, tecnológica e científica” (Gomes, 2000, p. 66).

As tratativas foram retomadas em novembro de 1983, dessa vez com a iniciativa tomada pelos juízes Edgard Cruz Coelho e Renato Gomes, intermediados por Lapa, que ocupava o cargo de presidente da Comissão de Documentação da Unicamp. Estes procuraram novamente o reitor, professor doutor José Aristodemo Pinotti, conseguindo agora o retorno positivo para a transferência. A ação foi chancelada em 4 de março de 1985, mediante convênio assinado entre o Tribunal de Justiça e a Unicamp, estando a documentação desde então em regime de custódia. Destaca-se que esse não seria o primeiro acervo documental em posse da Unicamp, que na época já possuía algumas coleções, entre elas a de Edgard Leuenroth (comprada em 1974), que marcou o surgimento do arquivo homônimo, hoje vinculado ao IFCH; e as preservadas no Centro de Informação e Difusão Cultural da Unicamp (Cidic), fundado em 1984, como as de Sergio Buarque de Holanda (doada em remessas em 1983, 1987 e 1988) e de Paulo Duarte (adquirida em 1985).

Quando da transferência, a reitoria nomeou uma comissão especial para a criação e a instalação do novo centro de memória, conforme portaria de 12 de abril de 1985, sendo membros os professores Ubiratan D'Ambrósio, José Roberto do Amaral Lapa, Ataliba Teixeira de Castilho, Ademir Gebara, Héctor Hernán Bruit, Humberto de Araújo Rangel e Marlyse Madeleine Meyer. Para o trabalho técnico de processamento do material, a comissão contou com o apoio do Cidic, sendo de sua responsabilidade a ordenação e a higienização da documentação. Após diversos estudos e tratativas, foi deliberada a criação do centro de memória, sendo a portaria de fundação datada de 1º de julho de 1985.

Neste ato, aparecendo ligado ao Cidic, o centro atuaria não somente na realização de estudos e pesquisas sobre o Oeste Paulista, mas também sobre aspectos da história da Unicamp – sendo esta incumbência migrada para o Arquivo Central anos depois, como apontado acima. O nome escolhido para o órgão foi Centro de Memória – Unicamp, resultado das discussões de Lapa contra a proposta de Centro de Memória Nacional, solicitada pela reitoria. Em 4 de julho, ocorreu a primeira reunião do conselho científico,<sup>7</sup> formado pelos professores Ubiratan D'Ambrósio, José Roberto do Amaral Lapa, Ataliba Teixeira de Castilho, Ademir Gebara, Héctor Hernán Bruit, Mariza Corrêa, Peter Louis Eisemberg, Robert Wayne Slenes e Sergio Silva, os quais elegeram, por unanimidade, o

---

<sup>7</sup> Apesar de a reunião ter ocorrido no dia 4, a portaria de nomeação dos membros do conselho científico data de 11 de julho (portaria GR 164/85).

professor Amaral Lapa como o primeiro diretor do CMU, ato oficializado em julho por portaria do reitor (GR 163/85).<sup>8</sup>

A instalação solene ocorreu apenas no dia 11 de julho, em ato que contou com a participação de membros da universidade e autoridades políticas locais. Interessante observar que a mídia local apontava que o CMU surgia com a incumbência inédita da “preservação da memória nacional” no âmbito de uma instituição de ensino superior, já que, em fala do próprio Lapa,

até hoje, na realidade, a maior parte da história real do Brasil, de difícil acesso à sua própria população, está sendo adquirida a preço de dólar pela Universidade do Texas, nos Estados Unidos – que possui a maior parte de “nossa cultura”, bem distante, portanto, do alcance do povo brasileiro.<sup>9</sup>

Nesse primeiro momento, o CMU ocupou parte do prédio da Biblioteca Central, junto ao Cidic, órgão que o centro deveria assistir em suas tarefas de tratamento arquivístico. Ainda em 1985, contudo, por disposição da administração central, o CMU foi transferido para o andar térreo do ciclo básico I, onde está até os dias atuais. Neste mesmo ano, no mês de dezembro, foi criado o Núcleo de Estudos Regionais (NER), subordinado à reitoria e integrado ao Centro de Memória – Unicamp, cuja finalidade era realizar pesquisas e estudos de natureza interdisciplinar, a partir do acervo do CMU, privilegiando como objeto a região do Oeste Paulista, polarizada pela cidade de Campinas. Este, incorporando o Grupo de Estudos de História Regional, criado em 9 de novembro de 1984, comporia a grande área de pesquisa do centro, buscando traçar “uma parte inédita e revolucionária em termos de história de Campinas e do Brasil” a partir de pesquisadores de diversas instituições paulistas. Isso porque “a história local e regional de Campinas merece ser revelada minuciosamente por ter uma tradição científica no Brasil a ser conhecida sem perder de vista a formação social e econômica brasileira”.<sup>10</sup> Além dele, podem-se citar também outros importantes grupos de pesquisa criados de forma vinculada

---

<sup>8</sup> Datadas de 11 de julho de 1985, as portarias GR 163 e 164, respectivamente nomeando o diretor do CMU e seu conselho científico, foram publicadas em texto único na edição do Diário Oficial do Estado de São Paulo de 20 de julho de 1985.

<sup>9</sup> Centro de Memória – Unicamp. Conjunto José Roberto do Amaral Lapa. Centro de Memória conta a história de toda a região. *Correio Popular*, Campinas, 12 de julho de 1985, p. 3. (sem notação).

<sup>10</sup> *Ibidem*.

ao CMU, como o Grupo de Estudos Afro-Brasileiros da Unicamp (Geabu), criado em 3 de setembro de 1987, e o Grupo de Estudos de História da Técnica, formado em 7 de agosto de 1996.

### Organização, formação do acervo e metodologias de tratamento

Ao longo de seus 35 anos, a história do CMU poderia ser dividida em três fases: uma de estruturação administrativa e constituição do acervo, marcada pela gestão do professor José Roberto do Amaral Lapa (entre 1985 e 1996); outra com grande foco nos projetos e ações de difusão, ocorrida nas gestões da professora Olga von Simson (entre 1996 e 2008); e uma terceira, marcada por gestões de docentes e pesquisadores que se voltaram para a reestruturação do acervo e das metodologias de atuação. Nesse percurso de mais de três décadas, o CMU reuniu significativa documentação de variados gêneros, formada por mais de uma centena de conjuntos documentais pessoais e institucionais, tanto públicos quanto privados, que abrangem um período histórico que vai do século XVII até a atualidade.

No momento da sua criação, compunha-se como acervo fundante do CMU os documentos doados pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (comarca de Campinas) e, pouco tempo depois, os do reitor Zeferino Vaz. Após a mudança para o prédio do ciclo básico, o centro iniciou um processo de estruturação de cunho mais administrativo, uma vez que, do ponto de vista da organização documental, o CMU contava com o apoio dos técnicos lotados no setor de documentação do Cidic. Em um ano de existência, o acervo do centro foi acrescido dos conjuntos de cartas de Francisco Glicério de Cerqueira Leite; dos documentos do memorialista campineiro Jolumá Brito, dos professores José Carlos Ataliba Nogueira, Antônio Ferreira Cesarino Júnior e Nelson Omegna; e da documentação do 7º Grupamento de Incêndio do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do estado de São Paulo. Uma doação de grande impacto, contudo, foi a recebida do bibliófilo campineiro João Falchi Trinca (1911-1995), em julho de 1986.<sup>11</sup> Iniciada em 1927, ainda com 16 anos, é considerada como a mais completa coleção particular sobre Campinas, reunindo itens textuais, iconográficos e bibliográficos em uma verdadeira “campiniana”.

---

<sup>11</sup> Uma segunda remessa de documentos foi doada por sua irmã, Ana Trinca, em 1995, após seu falecimento.

Nesse primeiro ano de atuação, bem como nos seguintes, verificou-se uma ampla atividade de recolha de conjuntos formados por gêneros documentais variados, mas com uma prevalência pelas fontes escritas (manuscritas e/ou impressas). Este movimento, liderado por Amaral Lapa, ocorreu de forma rápida em seus primeiros tempos, não somente como forma de “salvamento” de obras espalhadas em entidades, empresas ou famílias de Campinas e região, mas como uma forma de legitimar o espaço que havia se constituído no seio da universidade. Pode-se, ainda, inserir esse processo em um sintoma ainda maior da contemporaneidade no que se refere às instituições memória, isto é, a sempre presente crise nas maneiras como os grupos sociais lidam com as relações entre o passado, o presente e o futuro. Como analisado por François Hartog (2014), a questão principal estaria em uma espécie de crise do presente, o presentismo, e a incerteza do futuro, o que apontaria em direção à ideia de que tudo deveria ser salvaguardado, uma espécie de patrimonialização galopante (2014, p. 265), já que

ao “dever” da memória, com a sua recente tradução pública, o remorso, se teria acrescentado alguma coisa como a “ardente obrigação” do patrimônio, com suas exigências de conservação, de reabilitação e de comemoração. (Hartog, 2014, p. 266)

Ainda em 1986, foi constituído o Laboratório de História Oral (Laho).<sup>12</sup> Vale destacar que a fundação do espaço para a prática de história oral foi reflexo do cenário existente no contexto brasileiro do período (Guariza, 2015, p. 4). Apesar de surgida nos anos 1950, as primeiras experiências com história oral no Brasil datam de 1975. Contudo, a metodologia do registro oral e seu uso como fonte histórica foram muito questionados na década subsequente, o que intensificou a atuação de seus principais nomes. Dessa forma, isso justifica a vanguarda do CMU nessa área, a exemplo de outras instituições, como o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, da Fundação Getúlio Vargas (Cpdoc/

<sup>12</sup> O projeto original previa a criação do Laboratório de História Oral e Iconografia. Além da coleta de depoimentos, o laboratório realizaria a gestão da “documentação visual contemporânea e aquelas remanescentes dos séculos anteriores, constituindo e preservando ao mesmo tempo um acervo que com certeza dará oportunidade à geração e reprodução de conhecimento para as ciências, letras e artes. Em curto prazo, pretendemos reunir um completo acervo iconográfico sobre Campinas [...]”. Centro de Memória – Unicamp. Conjunto José Roberto do Amaral Lapa. Relatório I – Centro de Memória – Unicamp: junho de 1985 a julho de 1986. Campinas, SP. 6 de junho de 1986. (sem notação). A parte de iconografia, contudo, não foi incorporada ao laboratório criado, compondo, posteriormente, um novo setor.

FGV) do Rio de Janeiro. Em linhas gerais, o Laho atuava na geração de pesquisas e na captação de depoimentos a partir de projetos em diferentes temas, tais como memorialistas/historiadores de Campinas, formação dos bairros urbanos, grupos étnicos e imigrantes, manifestações culturais, entre outros. Um dos principais nomes à frente do laboratório foi o da professora doutora Olga Rodrigues de Moraes von Simson,<sup>13</sup> que desenvolveu ao longo dos anos importante trabalho de registros orais e audiovisuais.

Outro setor de grande apreço para Amaral Lapa foi o de publicações, criado ainda em 1986 a fim de externar os trabalhos desenvolvidos por seus pesquisadores, em especial aqueles vinculados ao NER. Em um primeiro momento, o centro atuava apenas na seleção e indicação de obras a serem publicadas em editoras externas, a partir da coleção *Tempo & Memória*, organizada nas séries *Campiniana* e *Seminários*. Com o tempo, a área manteve diversos periódicos, tais como o *Boletim do CMU*, iniciado em 1989 a fim de dar conta da produção técnica interna e dos debates envolvendo os temas de interesse do centro, e a *Resgate – Revista Interdisciplinar de Cultura*, lançada em 1990, voltada à publicação de resultados de pesquisas nas áreas das ciências humanas e das artes, ambos semestrais. Desde 1996, com novo regulamento, passou a atuar como uma editora de pequeno porte, publicando obras de relevância para estudos regionais.

O tratamento técnico do acervo iniciou-se de modo efetivo somente em 1987, quando o CMU passou a contar com servidores próprios especializados em gestão arquivística e biblioteconômica, dando início ao processo de reorganização interna baseado na especialização do tratamento de gêneros documentais. O primeiro setor a ser criado foi a biblioteca, instalada em fevereiro, responsável pelas obras bibliográficas em geral, mapas e plantas, delimitando sua vocação à preservação da história de Campinas e sua região. Até julho de 1987, as obras totalizavam cerca de três mil.<sup>14</sup> Em 17 de março, foi criado o Laboratório de Restauração de Documentos Gráficos (Labre) e, em abril, os Arquivos Históricos, setor especializado nas atividades de processamento técnico, acesso e difusão dos conjuntos. Nesse mesmo ano foi organizado o primeiro guia do centro e

---

<sup>13</sup> Olga von Simson atuou como membro da direção do CMU em diferentes gestões: como diretora associada, de 1989 a 1996 e de 2000 a 2002; e como diretora, de 1996 a 2000 e de 2002 a 2008.

<sup>14</sup> Relatório II – Centro de Memória – Unicamp: julho de 1986 a julho de 1987. Campinas, SP, 20 de julho de 1987. (sem notação).

novos conjuntos foram incorporados, destacando-se os da Sociedade Beneficente Isabel, a Redentora; de Antônio Francisco de Paula Souza e da Coletoria e Recebedoria de Rendas de Campinas.

Nos anos seguintes, o empenho de Lapa no alargamento do acervo foi intenso, verificando-se um destaque para grandes vultos da história local, com a doação dos documentos da Família Quirino dos Santos e Simões (do mesmo tronco do abolicionista e republicano Bento Quirino dos Santos), em março de 1988. Em junho de 1989, por sua vez, uma transferência importante foi a de 504 livros pela Irmandade de Misericórdia de Campinas, datados entre 1870 e 1986 e relacionados à Santa Casa de Misericórdia de Campinas e ao Hospital Irmãos Penteados.

No que tange aos documentos de cunho iconográfico, inicialmente eram tratados no seio dos Arquivos Históricos. Porém, no início dos anos 1990, foi criada uma subárea, designada Coleções Especiais, onde a documentação desse gênero era separada e seu processamento técnico realizado de maneira autônoma. Além das atividades de organização e descrição, a área dispunha de um serviço próprio de conservação e restauro. Com base nisso, graças ao crescimento do volume documental iconográfico, em 1994 os serviços foram desmembrados, criando-se o Arquivo Fotográfico e, como suporte deste, o Laboratório Fotográfico (responsável, entre outros, pela geração de reproduções de segurança – seja em papel ou em flexível 35mm ou médio formato).

O Arquivo Fotográfico passou a ser responsável pela salvaguarda de todos os itens iconográficos dos conjuntos documentais do CMU, reunindo ao longo do tempo um montante de mais de noventa mil imagens em suportes variados. Entre os conjuntos, destacam-se o de Aristides Pedro da Silva, conhecido como V-8, formado por cerca de 4.500 imagens datadas entre 1880 e 1970, tanto colecionadas quanto fotografadas pelo titular; e o da Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas do Estado de São Paulo, transferido para o CMU em 1994 pelo Instituto Agrônomo de Campinas (IAC) e composto por 24 álbuns que reúnem cerca de 2.700 fotografias, tiradas entre 1896 e 1925 (constam ainda livros e publicações do órgão que foram enviados à biblioteca do centro).

No ano de 1992, o CMU aprovou seu primeiro estatuto, que organizou os serviços e chancelou as áreas até então existentes, bem como demarcou outras que Amaral Lapa, na época diretor, almejava consolidar. Um ponto interessante é que, como órgãos complementares, além do NER e do Geabu, estava também um museu histórico. Sobre este valem a pena algumas considerações. A proposta original de Lapa era prospectar acervos a fim de constituir um museu histórico a ser implantado na sede da

fazenda Mato Dentro (parque ecológico Monsenhor Emílio José Salim), o qual serviria para “reconstituir como era a vida cotidiana nos antigos engenhos de açúcar e fazendas de café da região de Campinas”,<sup>15</sup> atuando como um espaço de pesquisa e fruição. Tal desejo foi reforçado quando, em 1993, por disposição testamentária, o CMU recebeu o conjunto do comendador Theodoro de Souza Campos Júnior (1903-1992) que, além de documentos textuais, iconográficos e bibliográficos, era composto por mobiliário, pinturas a óleo, pratarias, têxteis e outros objetos decorativos que expressavam o morar da elite campineira do século XIX ao XX. Mesmo com a aprovação inicial da Prefeitura de Campinas (detentora do espaço), não houve continuação do projeto, apesar de o museu continuar constando nos demais estatutos aprovados (2001 e 2013). Acerca dos itens tridimensionais doados por Campos Júnior, estes ficaram sob a guarda da biblioteca do CMU, para onde acorreram outros objetos de cunho tridimensional dissociados dos conjuntos incorporados ao acervo do centro.

No que tangia à organização dos setores, sua atuação se desenrolava quase que de modo independente, possuindo seus próprios serviços internos, como atendimento e processamento técnico e, em alguns casos, conservação. Especificamente sobre o acesso, ocorria de modo presencial ou informatizado, porém sem a disponibilização do item digitalizado, o que era feito apenas localmente. Os padrões de descrição eram também adotados pelos setores de acordo com as especificidades dos conjuntos documentais, cambiando ora pela Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística (Isad-G), pela Norma Brasileira de Descrição Arquivística (Nobrade), ora por padrões criados exclusivamente caso a caso. Como pode ser elucidado com o exemplo do conjunto Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, para o qual se compôs um banco de dados com informações como número do processo, ação, ofício, réu, autor, ano e observações. Outra questão delicada era o caráter fragmentário da análise que a documentação podia passar quando entendida apenas em um único gênero (no caso da prática da dissociação), sendo evidentes situações em que conjuntos de uma mesma proveniência recebiam nomes diferentes, causando complicações internas e externas na recuperação da informação.

---

<sup>15</sup> Centro de Memória – Unicamp. Conjunto José Roberto do Amaral Lapa. Anteprojeto de criação de um museu histórico, na sede da fazenda Mato Dentro (parque ecológico Monsenhor Emílio José Salim), integrado ao Centro de Memória – Unicamp. Campinas, SP. 3 de agosto de 1989. (sem notação).

## O centro, o acervo e a pesquisa: a reestruturação do CMU

Do ponto de vista do tratamento informacional de seus conjuntos documentais, em cerca de trinta anos de sua existência, o CMU se organizou pautado na especialização de setores autônomos que se enquadravam mediante os gêneros documentais (textual, bibliográfico, sonoro/audiovisual, iconográfico). Os conjuntos recebidos eram dissociados de forma intencional, o que acarretava procedimentos variados no gerenciamento da informação, com metodologias, padrões e rotinas por vezes muito específicos. Como consequência, eventualmente tornava-se impossível reunir os conjuntos documentais mesmo que intelectualmente, o que trazia grandes dificuldades para os pesquisadores e para rotinas de gestão integrada. Ao mesmo tempo, cada setor empreendia medidas independentes de acesso aos documentos: seja por meio do oferecimento dos itens físicos ou utilizando softwares variados que pouco ou nenhum diálogo travavam entre si.

Frente à necessidade de definição de uma política ampla e unificada de tratamento do acervo, no ano de 2015 o CMU iniciou uma nova e vasta reorganização interna, cujo objetivo era, justamente, aprimorar o atendimento aos usuários e pesquisadores, assim como integrar e dinamizar seus diferentes setores.<sup>16</sup> Do ponto de vista do acervo, a ideia era suprimir todas as antigas áreas em prol da reunificação dos conjuntos documentais, propondo uma segmentação por serviços, a saber: atendimento ao público, processamento técnico, documentação digital e conservação e restauração. Nesse processo, durante os anos de 2015 e 2016, foi realizado um amplo diagnóstico do acervo (Berto; Gonçalves, 2016), o qual vem embasando a reunião e a revisão dos critérios de organização dos conjuntos, tomando por base o princípio arquivístico da proveniência. Este, para Schellenberg, atua na proteção da integridade dos documentos, já que as origens e processos pelos quais foram criados estão refletidos no seu arranjo. De igual maneira, “ajuda a revelar o significado dos documentos, pois os assuntos de documentos individuais somente podem ser compreendidos, no contexto, com documentos correlatos” (Schellenberg, 2006, p. 260). Os procedimentos baseiam-se, também, na ideia de recuperação do vínculo arquivístico, já que a “rede de relações que cada documento tem com os documentos pertencentes a um mesmo conjunto é a relação que liga cada documento ao anterior ou posterior (Macneil, 2010 apud Rodrigues, 2010, p. 178).

---

<sup>16</sup> A reorganização foi baseada em um processo interno de certificação, finalizado em 2014.

A reunião dos conjuntos levou também a uma reflexão sobre o próprio acervo existente no centro, em correlação com suas linhas de atuação institucional. Com base nisso, foi construída e implantada a política de acervos do CMU, bem como ocorreu a reorganização interna da comissão competente ao assunto, ambas em 2018. Esta ação configurou-se como central na normatização de diretrizes e critérios que pudessem reger a aquisição, planejamento, gerenciamento e desenvolvimento do órgão, desde a prospecção de conjuntos documentais até o momento de sua difusão aos pesquisadores, sejam eles acadêmicos ou não. No documento, foram apontados todos os protocolos a serem seguidos, buscando tornar públicos os critérios que embasam as ações internas do CMU. Apesar de muitos dos pontos já serem seguidos pelo órgão, era necessário reunir esses elementos em um documento único e institucional.

Após algumas incursões, foi proposta institucionalmente a realização de um amplo projeto que pudesse envolver todos os novos setores, com vistas à constituição de um fluxo de trabalho que levasse em conta a otimização de recursos humanos, materiais e infraestrutura. Em linhas gerais, a ideia era justamente dirimir as demandas ainda existentes, isto é: como propor uma política interna de gestão de conjuntos documentais permanentes que atendesse aos recursos humanos e tecnológicos existentes, bem como fornecesse um retorno eficaz ao consulente? Como recuperar e organizar os conjuntos de forma a construir um arranjo arquivístico adequado e coerente?

Nesse sentido, como conjunto “piloto” nesse processo, escolheu-se o do político Adolpho Affonso da Silva Gordo (1858-1929), personagem destacável no contexto político da transição do Império para a República no Brasil. O conjunto, datado entre 1835 e 1981, apresenta 4.512 itens de gêneros variados, que abrangem: 1) a trajetória política de Adolpho Gordo, incluindo correspondências, jornais, discursos, publicações oficiais e projetos de lei relativos aos processos eleitorais, às leis e aos decretos nos quais teve participação direta durante seu período na Câmara e no Senado Federal; 2) a trajetória profissional como advogado, especialmente os casos relativos ao período em que manteve sociedade com Antônio Mercado, sobressaindo-se a significativa correspondência entre ambos, além de pareceres e profusa documentação sobre o caso da São Paulo Northern Railroad Company; por fim, 3) a relação do titular com familiares, incluindo documentos das famílias Lorena, Vergueiro, Vieira de Carvalho e Salles Malta, por meio de correspondência, cadernos, recibos e processos jurídicos. A documentação compõe-se tanto de documentos gerados por Gordo ao longo da sua vida, quanto acumulados por sua filha,

Carolina da Silva Gordo, e que envolvem questões familiares. A doação ocorreu por parte da neta, Alice Beatriz da Silva Gordo Lang, em 2003.

A importância do conjunto Adolpho Gordo é ainda maior tendo em vista que, em dezembro de 2018, o CMU recebeu o certificado de inscrição de parcela do referido conjunto no registro nacional do programa Memória do Mundo da Unesco, por meio do projeto “Feminismo, ciência e política – o legado Bertha Lutz, 1881-1985”, candidatura encabeçada pelo Arquivo Nacional, unindo o CMU, o Arquivo Histórico do Itamaraty, o Museu Nacional e o Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados. De modo específico, foi destacada a correspondência trocada entre Bertha Lutz e Gordo entre as décadas de 1910 e 1920.

Nesse contexto, ainda em 2018, foi inscrito um projeto junto ao Programa de Ação Cultural (Proac) da Unidade de Fomento à Cultura da Secretaria de Cultura do Governo do Estado de São Paulo (edital Proac n. 19/2018), o qual foi contemplado, permitindo ampliar o parque digital do CMU com vistas à disponibilização de seu acervo para acesso on-line. A proposta previu a organização, descrição, digitalização e informatização do conjunto Adolpho Gordo, bem como sua difusão em uma exposição virtual, revelando a raridade e ineditismo dos documentos e sua importância para a pesquisa histórica em nível nacional. Dado o tempo de dez meses, o projeto foi organizado em etapas que respeitavam aquelas elencadas junto à política de acervo institucional, de modo a solidificar um fluxo de trabalho interno.

Como primeira etapa, sob supervisão do Laboratório de Conservação e Restauro do CMU, foi realizado o diagnóstico do estado de conservação dos documentos para avaliar as reais necessidades de intervenção, aliado à higienização. O levantamento das condições de degradação era registrado em fichas de conservação com as indicações dos tipos de danos. Como os documentos encontravam-se em caixas, em sua maioria classificados, foi atribuída uma numeração provisória, como forma de controle do trabalho, a fim de garantir a individualidade do item documental dentro das caixas e possibilitar a identificação nas fichas, bem como a posterior descrição arquivística. Cabe ressaltar também que a identificação de danos no diagnóstico foi direcionada para problemas que afetassem a qualidade da digitalização, fim último do projeto. Paralelamente ao diagnóstico, foi realizada higienização de todos os itens documentais para remoção de sujidades e retiradas de corpos estranhos, como grampos e cliques de metal.

Após a etapa de higienização, partiu-se para a de processamento técnico. Esta consistiu na descrição, classificação e ordenação dos itens, visando à ampliação de seu acesso aos pesquisadores. Inicialmente, a partir

dos números provisórios atribuídos aos itens na etapa anterior, eles foram descritos individualmente segundo a Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística (Isad-G), ressaltando os seguintes campos: título, dimensão e suporte, data, local (inexistente na Isad, mas atrelado levando em conta sua inserção como ponto de acesso), conteúdo, idioma, gênero e notas. O arranjo foi pensado a partir da biografia de Adolpho Gordo, agrupando os documentos de modo a refletir as três esferas de sua vida (pessoal, profissional e política), as quais se desenvolveram em séries, subséries e dossiês de ordem temática, funcional e por tipologias. A ordenação dos documentos no quadro de arranjo proposto, por sua vez, deu-se cronologicamente, a partir da elaboração de uma tabela de equivalência entre os números provisórios e o código de referência definitivo. Um ponto importante é que essa etapa foi essencial para o aperfeiçoamento do manual de descrição de itens documentais do CMU, de uso interno, o qual se encontra em constante atualização mediante as especificidades do acervo, além dos vocabulários controlados de espécie e tipo documental e onomástico.

Após essa atividade, seguiu-se ao setor de Documentação Digital para a geração de representantes digitais dos documentos, que obedeceu às *Recomendações para digitalização de documentos arquivísticos permanentes do Conarq* (resolução n. 31, de 28 de abril de 2010). Nesse trabalho, contou-se com o uso de *scanners*, de modelos e tamanhos diferentes (do formato A4 ao A2), e câmera fotográfica. Em linhas gerais, foram adotados os padrões de resolução de trezentos dpi e formato tiff (com derivadas em pdf) para documentos textuais e bibliográficos, e seiscentos dpi e formato tiff (com derivadas em jpeg) para documentos iconográficos. Destaca-se que os documentos textuais não manuscritos receberam reconhecimento ótico de caracteres (OCR) em softwares específicos, facilitando a pesquisa. Durante a atividade, o Laboratório de Conservação e Restauro teve um papel crucial, permitindo o tratamento do suporte (essencialmente papel) quando necessário. Entre as operações estavam os pequenos reparos e aplanamento, além de ações de restauração, em especial nos jornais. Cabe ressaltar que nessa etapa, assim como nas demais, foram respeitados os princípios de mínima intervenção e removibilidade dos materiais e dos processos executados.

A partir disso, e com as imagens geradas, seguiu-se para a etapa de informatização. Nesse aspecto, por meio da área de tecnologia da informação do CMU, foi constituído um ambiente seguro de preservação e acesso a partir de softwares livres e gratuitos, ambos desenvolvidos pela empresa Artefactual System: de um lado, o Archivematica, atuando

como Repositório Arquivístico Digital Confiável (RDC-Arq), que permite o armazenamento de segurança a longo prazo dos representantes digitais, concatenado com o AtoM (Access to Memory), como plataforma web de descrição, difusão e acesso. Importante frisar que o projeto permitiu a aquisição de hard disk drives (HDDs) para o armazenamento dos dados digitalizados e a compra de recursos da nuvem computacional da Unicamp, o que representa um ambiente moderno e seguro para os dados ali alocados. A plataforma AtoM, vale ressaltar, foi completamente customizada pela equipe de tecnologia da informação, levando em conta as demandas do CMU, seja do ponto de vista das informações necessárias acerca de dados como políticas de uso e convenções adotadas, seja pelo viés da questão estética, permitindo uma identidade visual condizente com o site atual do centro.<sup>17</sup> Com o ambiente digital confiável construído, partiu-se para a inserção das informações geradas durante a etapa de processamento técnico.

Dessa forma, é possível apontar que o projeto apresentado não apenas permitiu a aquisição de equipamentos e o tratamento de um conjunto documental, mas, em larga escala, possibilitou o estabelecimento e a consolidação de protocolos internos de gestão do acervo do CMU após a sua nova estruturação. Estes dizem respeito não apenas à organização e descrição de conjuntos documentais, mas também à estruturação de um modelo para a implantação de normativas para a conservação/restauro e a digitalização. Definiu-se como atividade fim do centro a disponibilização on-line do acervo, por meio de um repositório digital confiável para a guarda dos arquivos digitalizados, garantindo a confiabilidade e autenticidade e o acesso em plataforma de uso livre e irrestrito, o que contribui para a disseminação de informações e permite a ampliação de horizontes para a pesquisa local, regional e nacional.

Unida a essas ações está a manutenção constante das atividades de difusão do acervo em meio on-line, para o que ocorrem de forma conjunta os setores de Processamento Técnico, Documentação Digital e Pesquisa. Entre as iniciativas, está um portal cujo objetivo é intensificar o processo de atuação da instituição memória junto à sociedade interna e externa à universidade, consolidando-se como um ponto de convergência para pesquisas sobre a cidade de Campinas e região a partir do acervo do CMU. Nele estão textos acessíveis a todos os públicos sobre os conjuntos documentais (Nosso acervo); escritos temáticos compostos a partir do acervo

---

<sup>17</sup> O acesso é feito por meio do endereço <https://atom.cmu.unicamp.br/>

(Por dentro do tema), sugestões pedagógicas com o uso de itens documentais em sala de aula e um levantamento bibliográfico sobre Campinas, com resumos de algumas obras (Pesquisa Campinas). Além disso, está a manutenção constante das redes sociais (Facebook, Instagram e Twitter) com postagens sobre o acervo e um canal de exposições virtuais no Google Arts & Culture.

Em seus 35 anos, o CMU colaborou de modo exemplar na preservação e na difusão da memória de e para a cidade de Campinas e sua região. Permeado de historicidade, o centro é também um objeto de pesquisa, tal qual o acervo que lhe é confiado, revestindo-se do mesmo caráter subjetivo que gera os documentos. Nesse momento de reescrita de sua história e atuação, as questões que se colocam ainda são muitas e as respostas surgem como constructos em elaboração. Contudo, a principal sempre será: qual o papel que o CMU desempenhará na era contemporânea do pós-modernismo e do negacionismo e quais suas implicações nos processos de memorialização?

## Referências

- BERTO, Ana Cláudia Cermaria; GONÇALVES, Cássia Denise. Diagnóstico do acervo do Centro de Memória – Unicamp (CMU): primeiros passos para uma política de gestão integrada. In: SEMINÁRIO NACIONAL DO CMU, 8., 2016, Campinas. Anais...Campinas, SP: Unicamp, 2016.
- CONSELHO Nacional de Arquivos (Brasil). Resolução n. 31, de 28 de abril de 2010. Dispõe sobre a adoção das Recomendações para Digitalização de Documentos Arquivísticos Permanentes. Disponível em: [http://conarq.gov.br/images/publicacoes\\_textos/Recomendacoes\\_digitalizacao\\_completa.pdf](http://conarq.gov.br/images/publicacoes_textos/Recomendacoes_digitalizacao_completa.pdf). Acesso: 27 out. 2020.
- COOK, Terry. Arquivos pessoais e arquivos institucionais: para um entendimento arquivístico comum da formação da memória em um mundo pós-moderno. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, 1998. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2062>. Acesso em: 1 abr. 2020.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. Desafios e dilemas da história oral nos anos 90: o caso do Brasil. *História Oral*, São Paulo, n. 1, p. 19-30, jun. 1998.
- GOMES, Eustáquio. Confissões da província. In: SIMSON, Olga Rodrigues de Moraes von (org.). *O garimpeiro dos cantos e antros de Campinas: homenagem a José Roberto do Amaral Lapa*. Campinas: CMU/IFCH, 2000.
- GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O mal-estar no patrimônio: identidade, tempo e destruição. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 28, n. 55, p. 211-228, jan./jun. 2015.
- GUARIZA, Nadia Maria. A história oral e o ensino de história: a discussão atual em revistas acadêmicas brasileiras. *Dia a Dia Educação*, Curitiba, 2015. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1395-8.pdf>. Acesso em: 19 abr. 2020.
- HARTOG, François. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.
- LAPA, José Roberto do Amaral. *História de Campinas: a tarefa para os próximos dez*

- anos. *Revista de História*, São Paulo, v. 54, n. 107, p. 221-240, 1976.
- \_\_\_\_\_. Primeiras notas para uma bibliografia da história de Campinas. *Revista Estudos Históricos*, Marília, n. 5, v. 5, p. 281-375, 1966, separata.
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003.
- NAMER, Gérard. *Memoire et société*. Paris: Méridiens Kincksieck, 1987.
- NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.
- RODRIGUES, Ana Célia. Natureza dos documentos de arquivo: vínculo e estrutura. In: FREITAS, Lídia (org.). *Documento: gênese e contextos de uso*. Niterói, RJ: EdUFF, 2010.
- SHELLENBERG, Theodore Roosevelt. *Arquivos modernos: princípios e técnicas*. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- SIMSON, Olga Rodrigues de Moraes von (org.). *O garimpeiro dos cantos e antros de Campinas: homenagem a José Roberto do Amaral Lapa*. Campinas: CMU/IFCH, 2000.
- 
- Recebido em 1/5/2020  
Aprovado em 8/9/2020